



Os negócios de fundo de quintal, segundo a maioria dos mais de quatro mil microempresários do DF, são muito mais lucrativos que ter um emprego no mercado com todas as garantias legais

Subemprego é a salvação para 400 mil

Ana Leyla

Se fosse possível reunir as pessoas que ocupam o chamado setor informal da economia, o Distrito Federal teria hoje uma cidade com a população de Taguatinga ganhando até um salário mínimo e sem os direitos trabalhistas e previdenciários assegurados pela Constituição. Segundo estimativa do Sistema Nacional de Emprego — Sine/DF, a "economia invisível" é a única responsável pelo ganhão de 281 mil pessoas. Somando a estas os que fazem "bicos" para complementar o orçamento doméstico, tem-se uma população de 400 mil pessoas ocupadas em atividades informais.

A maioria destas pessoas — 75%, conforme o Sine/DF, que faz seus cálculos com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE — obtém renda prestando serviço como "biscateiros" em geral. Mas uma faixa que vem crescendo e inchou, especialmente depois do primeiro Plano Cruzado, é a que atinge os trabalhadores das indústrias conhecidas como "fundo de quintal". De acordo com Corina Colnago, superintendente e coordenadora técnica do Instituto Euvaldo Lodi (órgão de apoio da Federação das Indústrias de Brasília), no mínimo 12 mil pessoas trabalham nestas pequenas unidades produtivas. São mais de quatro mil microindústrias que, segundo Corina, se concentram principalmente em Taguatinga e Ceilândia.

Fabriquetas

Como subdelegado do Trabalho em Taguatinga, o atual chefe da seção de Inspeção do Trabalho da

A expansão destas atividades coincide com o fracasso do Plano Cruzado, lembra ela, porque todos os que foram incentivados a contrair empréstimos para montar seu próprio negócio e desistiram dele com o naufrágio da proposta econômica do governo, desistiram apenas da empresa formalmente constituída. "As pessoas caíram no setor informal até porque era difícil se reintegrar à atividade produtiva com toda a retração existente no mercado de trabalho", explica Corina Colnago. E, do mesmo modo que o microempresário foi empurrado para o setor informal, as pessoas à procura de emprego vêm nele a única saída.

"Numa conjuntura recessiva, como a atual, é melhor ter renda do que garantias legais", constata a economista Beatriz Valle, técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos (Dieese). Isso vale tanto para o empresário, que encontra assim uma dupla forma de burlar os direitos do empregado e fugir à carga tributária, como para o trabalhador. "É importante porque não deixa ninguém morrer de fome, faz com que a recessão não aprofunde tanto o desemprego aberto e não seja tão violenta para o empresário", resume a economista.

Delegacia Regional do Trabalho (DRT), Sílvio Silveira, teve muito problema com as fabriquetas das duas mais populosas cidades-satélites de Brasília. Com freqüência, ressalta, a fiscalização da DRT é chamada por pessoas que depois de um ou dois anos de trabalho reclamam os direitos trabalhistas descumpridos. Comum ao checar as denúncias é encontrar casas que têm apenas a aparência residencial, pois lá dentro até as paredes são derrubadas para que se possa fazer um amplo salão e reunir as pessoas em acelerado ritmo de produção, seja lá do que for, porque quase tudo se produz desta maneira.

Numa dessas incursões de fiscalização, Sílvio Silveira chegou a uma casa onde 12 pessoas trabalham na produção de carteiras, bolsas e confecções, nenhuma das quais com registro em carteira. Pediu à proprietária o Cadastro Geral do Contribuinte (CGC) e obteve dela a explicação de que tinha o documento, porém, referente a uma loja comercial na via W3 Sul. A situação muito cômoda da proprietária, que produzia para si própria sem necessidade de emitir nota de compra e pagar o Imposto sobre Produtos Industrializados, não é exceção. Conforme o representante da DRT, muitas boas lojas do centro de Taguatinga usam o mesmo expediente. Os empresários, legalmente constituídos, às vezes, recorrem à DRT por se sentirem lesados pela ação dos industriais de fundo

de quintal, embora o órgão do Ministério do Trabalho pouca coisa possa fazer neste caso.

Sonegação

"Quando a empresa não tem seu CGC e não é registrada na Junta Comercial, não temos como atuá-la", explica Sílvio Silveira, lembrando que à DRT compete, somente, fiscalizar as relações legais de emprego. Indirectamente o órgão pode agir forçando o microempresário a registrar as pessoas que trabalham para ele, embora essa não seja uma ação específica do agente de inspeção de trabalho. Foi o que, o então subdelegado da DRT, conseguiu com a dona da loja da via W3 Sul, sem o mesmo sucesso. Quando um empresário veio reclamar-lhe da "concorrência invisível" feita por uma fabriqueta que produzia colchões e tinha 20 pessoas trabalhando. "Recomendei-lhe que procurasse a Secretaria de Finanças, pois, a questão, neste caso, diz mais respeito a ela, pelo problema do imposto que lhe é sonegado", explicou.

Segundo os dados mais recentes do Sine/DF, em 1986 11 mil empregados trabalhavam nas indústrias locais sem registro de emprego, o que representava 10% do total dos empregados. Em 1980, época do último censo, este percentual era de apenas 5%, o que significa que, desde aquela data, começou a se registrar um aumento da participação do setor industrial no mercado informal de trabalho.